# ASSOCIAÇÃO DOS PUPILOS DO EXÉRCITO

**Audiência pela Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República**
**12 de Junho de 2012**

## 1. Propósito

A audiência foi solicitada para que os Corpos Sociais da Associação dos Pupilos do Exército (APE), enquanto representantes dos antigos alunos, pudessem transmitir à Assembleia da República as suas preocupações quanto ao futuro do Instituto dos Pupilos do Exército (IPE), estabelecimento militar de ensino (EME), sob a tutela do Exército, que acaba de celebrar o seu 101° aniversário.

## 2. Antecedentes

O IPE, foi criado com o propósito de dar condições de educação a filhos de militares de baixa patente, com especial ênfase a órfãos, numa altura em que a esperança de vida na sociedade portuguesa era muito reduzida, em particular nos grupos sociais de menores posses.

Desde o início, o projecto educativo do Instituto aliou ao ensino de matriz técnico profissional a importante componente de formação cívica e de cidadania e o culto dos valores e virtudes militares.

Numa rápida retrospectiva salienta-se que ao longo de 100 anos o IPE, mais do que os restantes EME, demonstrou uma notável capacidade de adaptação respondendo às expectativas da Família Militar e (e das Forças de Segurança), na altura em que a rede escolar era mínima e concentrada nos grandes centros, durante as campanhas no Ultramar e, igualmente, após 1974 aquando do incremento da procura do ensino superior. Também de relevar a resposta às necessidades de recursos humanos qualificados das Forças Armadas (em particular do Exército, nos quadros de sargentos especialistas e de oficiais de Administração e de Intendência, nas décadas de 50 e de 60 do século passado).
O IPE foi igualmente o EME precursor no acolhimento do regime de externato e da inclusão de alunos dos dois géneros.

Nos últimos 10 anos, a tendência de redução demográfica, a redução dos efectivos das Forças Armadas e a expansão generalizada a todo o território da rede escolar nos ensino básico, secundário e superior, levaram a que os EME começassem a sentir dificuldades em preencher as vagas disponíveis.

No caso concreto do IPE, no início do novo milénio, começou um período de instabilidade institucional que ampliou as referidas dificuldades de obtenção de alunos, na medida em que criou desconfiança por parte de alguns dos pais e encarregados de educação na altura em que ponderavam que os seus educandos ingressassem no Instituto.

## 3. Elementos informativos

Em 2011 o Ministério da Defesa Nacional determinou a criação dum grupo de trabalho (GT) para fazer um levantamento da situação nos 3 EME.

No essencial, esse GT concluiu que existem poucos alunos face à capacidade instalada e, para esse reduzido corpo discente, que existem excessivos gastos com pessoal militar e com docentes. Da informação que foi possível obter, não foram devidamente aprofundadas pelo GT as razões dessas vulnerabilidades, nem foram gerados nem recomendados cenários alternativos para as mitigar ou eliminar, nomeadamente através da identificação de novas áreas para recrutamento de alunos, a acrescentar às áreas tradicionais – Família Militar e Forças de Segurança.

Quanto à elevada despesa *per capita* associada às remunerações de militares e de docentes em excesso, pelo menos no caso do IPE, também não foram devidamente identificadas e interpretadas, as origens e os fundamentos dessa situação, limitando-se o GT a apurar valores e a calcular *ratios*.

Posteriormente, o Ministro da Defesa Nacional, através do despacho nº 5588/2012, publicado no Diário da República, 2ª série, 82, de 26 de Abril de 2012, criou uma Equipa Técnica com o propósito de estabelecer planos de acção para o curto e médio prazo, relativamente aos EME.O resultado desse mandato ainda não é público.

## 4. Conclusões

A APE considera que se continua a justificar a existência em Portugal de EMEs, tal com acontece na generalidade dos países NATO e, igualmente, no Brasil.

O IPE, orientado para o ensino tecnológico, mantém total justificação, nomeadamente por estar mais do que comprovado que existe uma insuficiente oferta nacional nessa vertente do ensino e por se considerar que a política nacional de cooperação com os PLOP pode beneficiar da existência do Instituto.

A complementaridade da formação cívica e a instilação de virtudes e de altos valores de cidadania, que constituem uma marca diferenciadora e um valor acrescentado dos EME, justificam que a frequência padrão do Instituto não pode ser episódica e, muito menos, circunscrita ao ensino secundário, antes deverá fazer anteceder este dos 2º e 3º ciclos básicos com orientação vocacional para a vertente tecnológica a ministrar posteriormente. Só uma verticalização do sistema de ensino na mesma instituição garantirá que o conhecido estigma nacional, característico do ensino técnico-profissional, venha a ser neutralizado.

A APE procedeu à elaboração dum contributo relativo ao futuro do IPE, acrescentando sugestões de novas áreas de procura de alunos e sugestões para a redução de despesas e, igualmente para a correcta alocação das mesmas, evitando que o ensino fique onerado com alguns encargos que nada têm a ver com o apoio, enquadramento e docência, enquanto EME.

Diligenciou-se no sentido de que este contributo fosse presente à Equipa Técnica e nesta audiência, entrega-se um exemplar à Comissão de Defesa Nacional.

Numa sociedade moderna os encargos com a educação e a formação básica e secundária nunca podem ser apreciados numa lógica de despesas, mas, antes, de investimento.

Urge apoiar e manter os projectos educativos válidos, gerando soluções para que a sua relação custo/benefício seja equilibrada.

Urge estabilizar as Instituições, em particular no que concerne à educação e aos projectos educativos, para dar confiança aos progenitores e demais encarregados de educação.

No curto prazo as correntes dificuldades financeiras incentivam as propostas que reduzem os encargos sem cuidar do mérito intrínseco dos projectos. No caso da educação e salientando as potencialidades do IPE, de inegável interesse social e, também, como referido, de alcance estratégico, no que concerne à cooperação com os PLOP, é importante que as entidades com poder decisório, sem prejuízo da procura da racionalização e do rigoroso controlo sobre despesas supérfluas, mantenham uma visão para além do horizonte, em benefício das estratégias nacionais de longo prazo.

VGB 12 de Junho de 2012

# ASSOCIAÇÃO DOS PUPILOS DO EXÉRCITO

**Audiência pela Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República**
**12 de Junho de 2012**

## 1. Propósito

A audiência foi solicitada para que os Corpos Sociais da Associação dos Pupilos do Exército (APE), enquanto representantes dos antigos alunos, pudessem transmitir à Assembleia da República as suas preocupações quanto ao futuro do Instituto dos Pupilos do Exército (IPE), estabelecimento militar de ensino (EME), sob a tutela do Exército, que acaba de celebrar o seu 101° aniversário.

## 2. Antecedentes

O IPE, foi criado com o propósito de dar condições de educação a filhos de militares de baixa patente, com especial ênfase a órfãos, numa altura em que a esperança de vida na sociedade portuguesa era muito reduzida, em particular nos grupos sociais de menores posses.

Desde o início, o projecto educativo do Instituto aliou ao ensino de matriz técnico profissional a importante componente de formação cívica e de cidadania e o culto dos valores e virtudes militares.

Numa rápida retrospectiva salienta-se que ao longo de 100 anos o IPE, mais do que os restantes EME, demonstrou uma notável capacidade de adaptação respondendo às expectativas da Família Militar e (e das Forças de Segurança), na altura em que a rede escolar era mínima e concentrada nos grandes centros, durante as campanhas no Ultramar e, igualmente, após 1974 aquando do incremento da procura do ensino superior. Também de relevar a resposta às necessidades de recursos humanos qualificados das Forças Armadas (em particular do Exército, nos quadros de sargentos especialistas e de oficiais de Administração e de Intendência, nas décadas de 50 e de 60 do século passado).
O IPE foi igualmente o EME precursor no acolhimento do regime de externato e da inclusão de alunos dos dois géneros.

Nos últimos 10 anos, a tendência de redução demográfica, a redução dos efectivos das Forças Armadas e a expansão generalizada a todo o território da rede escolar nos ensino básico, secundário e superior, levaram a que os EME começassem a sentir dificuldades em preencher as vagas disponíveis.

No caso concreto do IPE, no início do novo milénio, começou um período de instabilidade institucional que ampliou as referidas dificuldades de obtenção de alunos, na medida em que criou desconfiança por parte de alguns dos pais e encarregados de educação na altura em que ponderavam que os seus educandos ingressassem no Instituto.

## 3. Elementos informativos

Em 2011 o Ministério da Defesa Nacional determinou a criação dum grupo de trabalho (GT) para fazer um levantamento da situação nos 3 EME.

No essencial, esse GT concluiu que existem poucos alunos face à capacidade instalada e, para esse reduzido corpo discente, que existem excessivos gastos com pessoal militar e com docentes. Da informação que foi possível obter, não foram devidamente aprofundadas pelo GT as razões dessas vulnerabilidades, nem foram gerados nem recomendados cenários alternativos para as mitigar ou eliminar, nomeadamente através da identificação de novas áreas para recrutamento de alunos, a acrescentar às áreas tradicionais – Família Militar e Forças de Segurança.

Quanto à elevada despesa *per capita* associada às remunerações de militares e de docentes em excesso, pelo menos no caso do IPE, também não foram devidamente identificadas e interpretadas, as origens e os fundamentos dessa situação, limitando-se o GT a apurar valores e a calcular *ratios.*

Posteriormente, o Ministro da Defesa Nacional, através do despacho nº 5588/2012, publicado no Diário da República, 2ª série, 82, de 26 de Abril de 2012, criou uma Equipa Técnica com o propósito de estabelecer planos de acção para o curto e médio prazo, relativamente aos EME.O resultado desse mandato ainda não é público.

## 4. Conclusões

A APE considera que se continua a justificar a existência em Portugal de EMEs, tal com acontece na generalidade dos países NATO e, igualmente, no Brasil.

O IPE, orientado para o ensino tecnológico, mantém total justificação, nomeadamente por estar mais do que comprovado que existe uma insuficiente oferta nacional nessa vertente do ensino e por se considerar que a política nacional de cooperação com os PLOP pode beneficiar da existência do Instituto.

A complementaridade da formação cívica e a instilação de virtudes e de altos valores de cidadania, que constituem uma marca diferenciadora e um valor acrescentado dos EME, justificam que a frequência padrão do Instituto não pode ser episódica e, muito menos, circunscrita ao ensino secundário, antes deverá fazer anteceder este dos 2º e 3º ciclos básicos com orientação vocacional para a vertente tecnológica a ministrar posteriormente. Só uma verticalização do sistema de ensino na mesma instituição garantirá que o conhecido estigma nacional, característico do ensino técnico-profissional, venha a ser neutralizado.

A APE procedeu à elaboração dum contributo relativo ao futuro do IPE, acrescentando sugestões de novas áreas de procura de alunos e sugestões para a redução de despesas e, igualmente para a correcta alocação das mesmas, evitando que o ensino fique onerado com alguns encargos que nada têm a ver com o apoio, enquadramento e docência, enquanto EME.

Diligenciou-se no sentido de que este contributo fosse presente à Equipa Técnica e nesta audiência, entrega-se um exemplar à Comissão de Defesa Nacional.

Numa sociedade moderna os encargos com a educação e a formação básica e secundária nunca podem ser apreciados numa lógica de despesas, mas, antes, de investimento.

Urge apoiar e manter os projectos educativos válidos, gerando soluções para que a sua relação custo/benefício seja equilibrada.

Urge estabilizar as Instituições, em particular no que concerne à educação e aos projectos educativos, para dar confiança aos progenitores e demais encarregados de educação.

No curto prazo as correntes dificuldades financeiras incentivam as propostas que reduzem os encargos sem cuidar do mérito intrínseco dos projectos. No caso da educação e salientando as potencialidades do IPE, de inegável interesse social e, também, como referido, de alcance estratégico, no que concerne à cooperação com os PLOP, é importante que as entidades com poder decisório, sem prejuízo da procura da racionalização e do rigoroso controlo sobre despesas supérfluas, mantenham uma visão para além do horizonte, em benefício das estratégias nacionais de longo prazo.

VGB 12 de Junho de 2012

# ASSOCIAÇÃO DOS PUPILOS DO EXÉRCITO

**Audiência pela Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República**
**12 de Junho de 2012**

## 1. Propósito

A audiência foi solicitada para que os Corpos Sociais da Associação dos Pupilos do Exército (APE), enquanto representantes dos antigos alunos, pudessem transmitir à Assembleia da República as suas preocupações quanto ao futuro do Instituto dos Pupilos do Exército (IPE), estabelecimento militar de ensino (EME), sob a tutela do Exército, que acaba de celebrar o seu 101° aniversário.

## 2. Antecedentes

O IPE, foi criado com o propósito de dar condições de educação a filhos de militares de baixa patente, com especial ênfase a órfãos, numa altura em que a esperança de vida na sociedade portuguesa era muito reduzida, em particular nos grupos sociais de menores posses.

Desde o início, o projecto educativo do Instituto aliou ao ensino de matriz técnico profissional a importante componente de formação cívica e de cidadania e o culto dos valores e virtudes militares.

Numa rápida retrospectiva salienta-se que ao longo de 100 anos o IPE, mais do que os restantes EME, demonstrou uma notável capacidade de adaptação respondendo às expectativas da Família Militar e (e das Forças de Segurança), na altura em que a rede escolar era mínima e concentrada nos grandes centros, durante as campanhas no Ultramar e, igualmente, após 1974 aquando do incremento da procura do ensino superior. Também de relevar a resposta às necessidades de recursos humanos qualificados das Forças Armadas (em particular do Exército, nos quadros de sargentos especialistas e de oficiais de Administração e de Intendência, nas décadas de 50 e de 60 do século passado).
O IPE foi igualmente o EME precursor no acolhimento do regime de externato e da inclusão de alunos dos dois géneros.

Nos últimos 10 anos, a tendência de redução demográfica, a redução dos efectivos das Forças Armadas e a expansão generalizada a todo o território da rede escolar nos ensino básico, secundário e superior, levaram a que os EME começassem a sentir dificuldades em preencher as vagas disponíveis.

No caso concreto do IPE, no início do novo milénio, começou um período de instabilidade institucional que ampliou as referidas dificuldades de obtenção de alunos, na medida em que criou desconfiança por parte de alguns dos pais e encarregados de educação na altura em que ponderavam que os seus educandos ingressassem no Instituto.

## 3. Elementos informativos

Em 2011 o Ministério da Defesa Nacional determinou a criação dum grupo de trabalho (GT) para fazer um levantamento da situação nos 3 EME.

No essencial, esse GT concluiu que existem poucos alunos face à capacidade instalada e, para esse reduzido corpo discente, que existem excessivos gastos com pessoal militar e com docentes. Da informação que foi possível obter, não foram devidamente aprofundadas pelo GT as razões dessas vulnerabilidades, nem foram gerados nem recomendados cenários alternativos para as mitigar ou eliminar, nomeadamente através da identificação de novas áreas para recrutamento de alunos, a acrescentar às áreas tradicionais – Família Militar e Forças de Segurança.

Quanto à elevada despesa *per capita* associada às remunerações de militares e de docentes em excesso, pelo menos no caso do IPE, também não foram devidamente identificadas e interpretadas, as origens e os fundamentos dessa situação, limitando-se o GT a apurar valores e a calcular *ratios.*

Posteriormente, o Ministro da Defesa Nacional, através do despacho nº 5588/2012, publicado no Diário da República, 2ª série, 82, de 26 de Abril de 2012, criou uma Equipa Técnica com o propósito de estabelecer planos de acção para o curto e médio prazo, relativamente aos EME.O resultado desse mandato ainda não é público.

## 4. Conclusões

A APE considera que se continua a justificar a existência em Portugal de EMEs, tal com acontece na generalidade dos países NATO e, igualmente, no Brasil.

O IPE, orientado para o ensino tecnológico, mantém total justificação, nomeadamente por estar mais do que comprovado que existe uma insuficiente oferta nacional nessa vertente do ensino e por se considerar que a política nacional de cooperação com os PLOP pode beneficiar da existência do Instituto.

A complementaridade da formação cívica e a instilação de virtudes e de altos valores de cidadania, que constituem uma marca diferenciadora e um valor acrescentado dos EME, justificam que a frequência padrão do Instituto não pode ser episódica e, muito menos, circunscrita ao ensino secundário, antes deverá fazer anteceder este dos 2º e 3º ciclos básicos com orientação vocacional para a vertente tecnológica a ministrar posteriormente. Só uma verticalização do sistema de ensino na mesma instituição garantirá que o conhecido estigma nacional, característico do ensino técnico-profissional, venha a ser neutralizado.

A APE procedeu à elaboração dum contributo relativo ao futuro do IPE, acrescentando sugestões de novas áreas de procura de alunos e sugestões para a redução de despesas e, igualmente para a correcta alocação das mesmas, evitando que o ensino fique onerado com alguns encargos que nada têm a ver com o apoio, enquadramento e docência, enquanto EME.

Diligenciou-se no sentido de que este contributo fosse presente à Equipa Técnica e nesta audiência, entrega-se um exemplar à Comissão de Defesa Nacional.

Numa sociedade moderna os encargos com a educação e a formação básica e secundária nunca podem ser apreciados numa lógica de despesas, mas, antes, de investimento.

Urge apoiar e manter os projectos educativos válidos, gerando soluções para que a sua relação custo/benefício seja equilibrada.

Urge estabilizar as Instituições, em particular no que concerne à educação e aos projectos educativos, para dar confiança aos progenitores e demais encarregados de educação.

No curto prazo as correntes dificuldades financeiras incentivam as propostas que reduzem os encargos sem cuidar do mérito intrínseco dos projectos. No caso da educação e salientando as potencialidades do IPE, de inegável interesse social e, também, como referido, de alcance estratégico, no que concerne à cooperação com os PLOP, é importante que as entidades com poder decisório, sem prejuízo da procura da racionalização e do rigoroso controlo sobre despesas supérfluas, mantenham uma visão para além do horizonte, em benefício das estratégias nacionais de longo prazo.

VGB 12 de Junho de 2012

# ASSOCIAÇÃO DOS PUPILOS DO EXÉRCITO

**Audiência pela Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República**
**12 de Junho de 2012**

## 1. Propósito

A audiência foi solicitada para que os Corpos Sociais da Associação dos Pupilos do Exército (APE), enquanto representantes dos antigos alunos, pudessem transmitir à Assembleia da República as suas preocupações quanto ao futuro do Instituto dos Pupilos do Exército (IPE), estabelecimento militar de ensino (EME), sob a tutela do Exército, que acaba de celebrar o seu 101° aniversário.

## 2. Antecedentes

O IPE, foi criado com o propósito de dar condições de educação a filhos de militares de baixa patente, com especial ênfase a órfãos, numa altura em que a esperança de vida na sociedade portuguesa era muito reduzida, em particular nos grupos sociais de menores posses.

Desde o início, o projecto educativo do Instituto aliou ao ensino de matriz técnico profissional a importante componente de formação cívica e de cidadania e o culto dos valores e virtudes militares.

Numa rápida retrospectiva salienta-se que ao longo de 100 anos o IPE, mais do que os restantes EME, demonstrou uma notável capacidade de adaptação respondendo às expectativas da Família Militar e (e das Forças de Segurança), na altura em que a rede escolar era mínima e concentrada nos grandes centros, durante as campanhas no Ultramar e, igualmente, após 1974 aquando do incremento da procura do ensino superior. Também de relevar a resposta às necessidades de recursos humanos qualificados das Forças Armadas (em particular do Exército, nos quadros de sargentos especialistas e de oficiais de Administração e de Intendência, nas décadas de 50 e de 60 do século passado).
O IPE foi igualmente o EME precursor no acolhimento do regime de externato e da inclusão de alunos dos dois géneros.

Nos últimos 10 anos, a tendência de redução demográfica, a redução dos efectivos das Forças Armadas e a expansão generalizada a todo o território da rede escolar nos ensino básico, secundário e superior, levaram a que os EME começassem a sentir dificuldades em preencher as vagas disponíveis.

No caso concreto do IPE, no início do novo milénio, começou um período de instabilidade institucional que ampliou as referidas dificuldades de obtenção de alunos, na medida em que criou desconfiança por parte de alguns dos pais e encarregados de educação na altura em que ponderavam que os seus educandos ingressassem no Instituto.

## 3. Elementos informativos

Em 2011 o Ministério da Defesa Nacional determinou a criação dum grupo de trabalho (GT) para fazer um levantamento da situação nos 3 EME.

No essencial, esse GT concluiu que existem poucos alunos face à capacidade instalada e, para esse reduzido corpo discente, que existem excessivos gastos com pessoal militar e com docentes. Da informação que foi possível obter, não foram devidamente aprofundadas pelo GT as razões dessas vulnerabilidades, nem foram gerados nem recomendados cenários alternativos para as mitigar ou eliminar, nomeadamente através da identificação de novas áreas para recrutamento de alunos, a acrescentar às áreas tradicionais – Família Militar e Forças de Segurança.

Quanto à elevada despesa *per capita* associada às remunerações de militares e de docentes em excesso, pelo menos no caso do IPE, também não foram devidamente identificadas e interpretadas, as origens e os fundamentos dessa situação, limitando-se o GT a apurar valores e a calcular *ratios.*

Posteriormente, o Ministro da Defesa Nacional, através do despacho nº 5588/2012, publicado no Diário da República, 2ª série, 82, de 26 de Abril de 2012, criou uma Equipa Técnica com o propósito de estabelecer planos de acção para o curto e médio prazo, relativamente aos EME.O resultado desse mandato ainda não é público.

## 4. Conclusões

A APE considera que se continua a justificar a existência em Portugal de EMEs, tal com acontece na generalidade dos países NATO e, igualmente, no Brasil.

O IPE, orientado para o ensino tecnológico, mantém total justificação, nomeadamente por estar mais do que comprovado que existe uma insuficiente oferta nacional nessa vertente do ensino e por se considerar que a política nacional de cooperação com os PLOP pode beneficiar da existência do Instituto.

A complementaridade da formação cívica e a instilação de virtudes e de altos valores de cidadania, que constituem uma marca diferenciadora e um valor acrescentado dos EME, justificam que a frequência padrão do Instituto não pode ser episódica e, muito menos, circunscrita ao ensino secundário, antes deverá fazer anteceder este dos 2º e 3º ciclos básicos com orientação vocacional para a vertente tecnológica a ministrar posteriormente. Só uma verticalização do sistema de ensino na mesma instituição garantirá que o conhecido estigma nacional, característico do ensino técnico-profissional, venha a ser neutralizado.

A APE procedeu à elaboração dum contributo relativo ao futuro do IPE, acrescentando sugestões de novas áreas de procura de alunos e sugestões para a redução de despesas e, igualmente para a correcta alocação das mesmas, evitando que o ensino fique onerado com alguns encargos que nada têm a ver com o apoio, enquadramento e docência, enquanto EME.

Diligenciou-se no sentido de que este contributo fosse presente à Equipa Técnica e nesta audiência, entrega-se um exemplar à Comissão de Defesa Nacional.

Numa sociedade moderna os encargos com a educação e a formação básica e secundária nunca podem ser apreciados numa lógica de despesas, mas, antes, de investimento.

Urge apoiar e manter os projectos educativos válidos, gerando soluções para que a sua relação custo/benefício seja equilibrada.

Urge estabilizar as Instituições, em particular no que concerne à educação e aos projectos educativos, para dar confiança aos progenitores e demais encarregados de educação.

No curto prazo as correntes dificuldades financeiras incentivam as propostas que reduzem os encargos sem cuidar do mérito intrínseco dos projectos. No caso da educação e salientando as potencialidades do IPE, de inegável interesse social e, também, como referido, de alcance estratégico, no que concerne à cooperação com os PLOP, é importante que as entidades com poder decisório, sem prejuízo da procura da racionalização e do rigoroso controlo sobre despesas supérfluas, mantenham uma visão para além do horizonte, em benefício das estratégias nacionais de longo prazo.

VGB 12 de Junho de 2012

# ASSOCIAÇÃO DOS PUPILOS DO EXÉRCITO

**Audiência pela Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República**
**12 de Junho de 2012**

## 1. Propósito

A audiência foi solicitada para que os Corpos Sociais da Associação dos Pupilos do Exército (APE), enquanto representantes dos antigos alunos, pudessem transmitir à Assembleia da República as suas preocupações quanto ao futuro do Instituto dos Pupilos do Exército (IPE), estabelecimento militar de ensino (EME), sob a tutela do Exército, que acaba de celebrar o seu 101° aniversário.

## 2. Antecedentes

O IPE, foi criado com o propósito de dar condições de educação a filhos de militares de baixa patente, com especial ênfase a órfãos, numa altura em que a esperança de vida na sociedade portuguesa era muito reduzida, em particular nos grupos sociais de menores posses.

Desde o início, o projecto educativo do Instituto aliou ao ensino de matriz técnico profissional a importante componente de formação cívica e de cidadania e o culto dos valores e virtudes militares.

Numa rápida retrospectiva salienta-se que ao longo de 100 anos o IPE, mais do que os restantes EME, demonstrou uma notável capacidade de adaptação respondendo às expectativas da Família Militar e (e das Forças de Segurança), na altura em que a rede escolar era mínima e concentrada nos grandes centros, durante as campanhas no Ultramar e, igualmente, após 1974 aquando do incremento da procura do ensino superior. Também de relevar a resposta às necessidades de recursos humanos qualificados das Forças Armadas (em particular do Exército, nos quadros de sargentos especialistas e de oficiais de Administração e de Intendência, nas décadas de 50 e de 60 do século passado).
O IPE foi igualmente o EME precursor no acolhimento do regime de externato e da inclusão de alunos dos dois géneros.

Nos últimos 10 anos, a tendência de redução demográfica, a redução dos efectivos das Forças Armadas e a expansão generalizada a todo o território da rede escolar nos ensino básico, secundário e superior, levaram a que os EME começassem a sentir dificuldades em preencher as vagas disponíveis.

No caso concreto do IPE, no início do novo milénio, começou um período de instabilidade institucional que ampliou as referidas dificuldades de obtenção de alunos, na medida em que criou desconfiança por parte de alguns dos pais e encarregados de educação na altura em que ponderavam que os seus educandos ingressassem no Instituto.

## 3. Elementos informativos

Em 2011 o Ministério da Defesa Nacional determinou a criação dum grupo de trabalho (GT) para fazer um levantamento da situação nos 3 EME.

No essencial, esse GT concluiu que existem poucos alunos face à capacidade instalada e, para esse reduzido corpo discente, que existem excessivos gastos com pessoal militar e com docentes. Da informação que foi possível obter, não foram devidamente aprofundadas pelo GT as razões dessas vulnerabilidades, nem foram gerados nem recomendados cenários alternativos para as mitigar ou eliminar, nomeadamente através da identificação de novas áreas para recrutamento de alunos, a acrescentar às áreas tradicionais – Família Militar e Forças de Segurança.

Quanto à elevada despesa *per capita* associada às remunerações de militares e de docentes em excesso, pelo menos no caso do IPE, também não foram devidamente identificadas e interpretadas, as origens e os fundamentos dessa situação, limitando-se o GT a apurar valores e a calcular *ratios.*

Posteriormente, o Ministro da Defesa Nacional, através do despacho nº 5588/2012, publicado no Diário da República, 2ª série, 82, de 26 de Abril de 2012, criou uma Equipa Técnica com o propósito de estabelecer planos de acção para o curto e médio prazo, relativamente aos EME.O resultado desse mandato ainda não é público.

## 4. Conclusões

A APE considera que se continua a justificar a existência em Portugal de EMEs, tal com acontece na generalidade dos países NATO e, igualmente, no Brasil.

O IPE, orientado para o ensino tecnológico, mantém total justificação, nomeadamente por estar mais do que comprovado que existe uma insuficiente oferta nacional nessa vertente do ensino e por se considerar que a política nacional de cooperação com os PLOP pode beneficiar da existência do Instituto.

A complementaridade da formação cívica e a instilação de virtudes e de altos valores de cidadania, que constituem uma marca diferenciadora e um valor acrescentado dos EME, justificam que a frequência padrão do Instituto não pode ser episódica e, muito menos, circunscrita ao ensino secundário, antes deverá fazer anteceder este dos 2º e 3º ciclos básicos com orientação vocacional para a vertente tecnológica a ministrar posteriormente. Só uma verticalização do sistema de ensino na mesma instituição garantirá que o conhecido estigma nacional, característico do ensino técnico-profissional, venha a ser neutralizado.

A APE procedeu à elaboração dum contributo relativo ao futuro do IPE, acrescentando sugestões de novas áreas de procura de alunos e sugestões para a redução de despesas e, igualmente para a correcta alocação das mesmas, evitando que o ensino fique onerado com alguns encargos que nada têm a ver com o apoio, enquadramento e docência, enquanto EME.

Diligenciou-se no sentido de que este contributo fosse presente à Equipa Técnica e nesta audiência, entrega-se um exemplar à Comissão de Defesa Nacional.

Numa sociedade moderna os encargos com a educação e a formação básica e secundária nunca podem ser apreciados numa lógica de despesas, mas, antes, de investimento.

Urge apoiar e manter os projectos educativos válidos, gerando soluções para que a sua relação custo/benefício seja equilibrada.

Urge estabilizar as Instituições, em particular no que concerne à educação e aos projectos educativos, para dar confiança aos progenitores e demais encarregados de educação.

No curto prazo as correntes dificuldades financeiras incentivam as propostas que reduzem os encargos sem cuidar do mérito intrínseco dos projectos. No caso da educação e salientando as potencialidades do IPE, de inegável interesse social e, também, como referido, de alcance estratégico, no que concerne à cooperação com os PLOP, é importante que as entidades com poder decisório, sem prejuízo da procura da racionalização e do rigoroso controlo sobre despesas supérfluas, mantenham uma visão para além do horizonte, em benefício das estratégias nacionais de longo prazo.

VGB 12 de Junho de 2012